



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

VARA DO TRABALHO DE JALES - 0080

[1001 a 1500 processos]

Aos 18 dias do mês de setembro de 2018, o Excelentíssimo Senhor Desembargador do Trabalho **SAMUEL HUGO LIMA**, Corregedor Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 12/2018, republicado em 18/7/2018 no DEJT (Edição 2520/2018 – Caderno do TRT da 15ª Região – página 5). Presente o Juiz Titular JOSE ANTONIO GOMES DE OLIVEIRA. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correicionado, o seguinte:

Equipe de Correição:	Ayrton Rocha, Luís Cláudio da Silva, Suely Suzuki
Jurisdição Atendida:	APARECIDA D'OESTE, SANTA ALBERTINA, RUBINEIA, POPULINA, PONTALINDA, PARANAPUA, PALMEIRA D'OESTE, NOVA CANAA PAULISTA, MESOPOLIS, MARINOPOLIS, URANIA, TURMALINA, TRES FRONTEIRAS, SAO FRANCISCO, SANTANA DA PONTE PENSA, SANTA SALETE, SANTA RITA D'OESTE, SANTA FE DO SUL, SANTA CLARA D'OESTE, VITORIA BRASIL, ASPASIA, AURIFLAMA, DIRCE REIS, JALES, DOLCINOPOLIS
Lei de Criação:	8.432/92
Data de Instalação:	15/04/1993
Data de Instalação do PJE:	14/08/2013
Data da Última Correição:	13/09/2017
Acervo Físico/Acervo Total:	3 %
Acervo PJe/Acervo Total:	97 %



1 - TITULARIDADE:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
JOSE ANTONIO GOMES DE OLIVEIRA	18/03/2018

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
13/06/2018 a 12/07/2018	FERIAS

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
SANDRA MARIA ZIRONDI	09/10/2015

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
20/11/2017 a 19/12/2017	FERIAS



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/09/2017 a 29/08/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
FERNANDO LUCAS ULIANI MARTINS DOS SANTOS	23/04/2018 a 23/04/2018
FERNANDO LUCAS ULIANI MARTINS DOS SANTOS	24/04/2018 a 24/04/2018
FERNANDO LUCAS ULIANI MARTINS DOS SANTOS	21/06/2018 a 24/06/2018
FERNANDO LUCAS ULIANI MARTINS DOS SANTOS	27/06/2018 a 12/07/2018
FERNANDO LUCAS ULIANI MARTINS DOS SANTOS	13/07/2018 a 15/07/2018

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
JOSE RODRIGUES DA SILVA NETO	20/08/2018 a 20/08/2018

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
THIAGO NOGUEIRA PAZ	13/06/2018 a 15/06/2018
THIAGO NOGUEIRA PAZ	16/06/2018 a 17/06/2018

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
VIRGILIO DE PAULA BASSANELLI	20/11/2017 a 19/12/2017
VIRGILIO DE PAULA BASSANELLI	25/06/2018 a 26/06/2018

Afastamentos: Não houve



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.1 - Lotação [31/07/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
AIRTON SERGIO GUASTALI	REQ	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	01/03/2017
DIRCEU DA SILVA BORGES	TJA	FC-04 CALCULISTA	08/09/1994
DULCINEIA DE FATIMA FERREIRA COLOMBO	ND	FC-01 EXECUTANTE	01/12/2016
FRANCISCO CLISMAICLEITON DA COSTA	REQ	-	16/10/2012
JULIANA DE AGUIAR	REQ	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	27/10/2012
MARIA LUIZA BARBIZANI DA SILVA	AJA	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	15/04/1993
RODOLFO JOSE ANDRELLO	TJA	-	19/03/2012
SERGIO DE MATOS DEO	AJ-OJA	-	01/12/1994
SERGIO LUIS COSTA	TJA	FC-02 ASSISTENTE	07/06/1994
VANDERLEY FERNANDES MEDEIROS	AJA	FC-02 ASSISTENTE	26/09/2017
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			6
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			4



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.2 - Ausências, exceto férias [09/2017 a 07/2018]:

(fonte: e-Correção Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM ELEIÇÃO/TREINAMENTO	4
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	221
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE PESSOA DA FAMÍLIA	5
PARTICIPAÇÃO EM CURSO MINISTRADO PELO TRT	1
TOTAL	231



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.3 - Estagiários [31/07/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
BIANCA CORREIA TOLEDO	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/02/2017
MILENE LARA FERNANDES DOS SANTOS	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/06/2018



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.4 - Ações de capacitação [31/07/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
JOSE ANTONIO GOMES DE OLIVEIRA	18
SANDRA MARIA ZIRONDI	51
VIRGILIO DE PAULA BASSANELLI	15

SERVIDORES	HORAS
AIRTON SERGIO GUASTALI	50
DIRCEU DA SILVA BORGES	40
RODOLFO JOSE ANDRELLO	360
SERGIO DE MATOS DEO	127
SERGIO LUIS COSTA	240
VANDERLEY FERNANDES MEDEIROS	280



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [09/2017 a 07/2018]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	123	209	---
	Aguardando encerramento da instrução	423	269	---
	Aguardando prolação de sentença	98	86	---
	Aguardando cumprimento de acordo	120	232	---
	Solucionados pendentes de finalização na fase	838	686	---
	Pendentes de finalização	1.602	1.481	---
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	17	38	---
	Liquidados pendentes de finalização na fase	62	201	---
	Pendentes de finalização	79	239	---
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	525	579	---
	Encerrados pendentes de finalização na fase	34	40	---
	Pendentes de finalização	559	619	---
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	0	---
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	20	17	---
TOTAL		2.260	2.356	---

PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [10/2016 a 07/2017]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	165	385	---
	Aguardando encerramento da instrução	614	334	---
	Aguardando prolação de sentença	61	62	---
	Aguardando cumprimento de acordo	228	235	---
	Solucionados pendentes de finalização na fase	676	683	---
	Pendentes de finalização	1.744	1.699	---
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	213	142	---
	Liquidados pendentes de finalização na fase	90	94	---
	Pendentes de finalização	303	236	---
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	413	559	---
	Encerrados pendentes de finalização na fase	17	41	---
	Pendentes de finalização	430	600	---
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	0	---
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	0	16	---
TOTAL		2.477	2.552	---



5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [09/2017 a 07/2018]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	108	119	21
Exceções de Incompetência	10	15	3
Antecipações de Tutela	83	74	6
Impugnações à Sentença de Liquidação	15	21	6
Embargos à Execução	33	25	18
Embargos à Arrematação	1	0	0
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	2	2	0
TOTAIS	252	256	54

PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [10/2016 a 07/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	113	101	20
Exceções de Incompetência	37	22	6
Antecipações de Tutela	130	130	1
Impugnações à Sentença de Liquidação	19	10	14
Embargos à Execução	18	18	11
Embargos à Arrematação	1	1	0
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	1	4	0
TOTAIS	319	286	52



6 - RECURSOS [09/2017 a 07/2018]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	468	447	79
Recurso Adesivo	27	34	4
Agravo de petição	45	39	7
Agravo de Instrumento	41	1	39
TOTAIS	581	521	129

PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

6 - RECURSOS [10/2016 a 07/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	418	385	58
Recurso Adesivo	27	19	9
Agravo de petição	42	40	1
Agravo de Instrumento	1	1	2
TOTAIS	488	445	70



7 - PRAZOS MÉDIOS [09/2017 a 07/2018]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	291	95	115	---
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	808	291	260	---
Total / Média	1.099	239	219	---

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	290	111	125	---
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	789	322	293	---
Total / Média	1.079	265	245	---

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	124	37	25	---
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	464	42	38	---
Total / Média	588	41	36	---

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	48	157	104	---
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	254	139	140	---
Total / Média	302	142	135	---

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	132	404	1.205	---
Do início ao encerramento da execução - ente público	4	450	712	---
Total / Média	136	406	1.074	---

*Do início até a extinção da execução



PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

7 - PRAZOS MÉDIOS [10/2016 a 07/2017]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	246	111	144	---
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	1.043	266	256	---
Total / Média	1.289	237	230	---

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	280	182	152	---
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.084	325	263	---
Total / Média	1.364	295	235	---

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	144	82	30	---
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	544	87	44	---
Total / Média	688	86	41	---

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	52	160	129	---
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	160	193	152	---
Total / Média	212	185	147	---

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	78	971	1.329	---
Do início ao encerramento da execução - ente público	13	1.169	491	---
Total / Média	91	999	1.193	---

*Do início até a extinção da execução

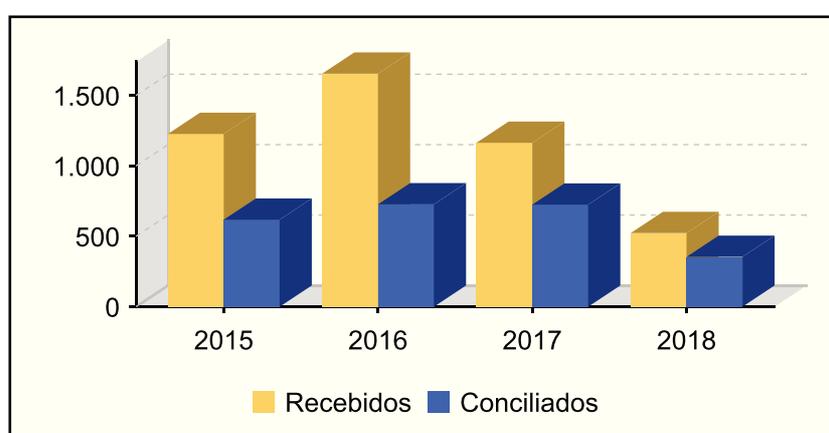


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

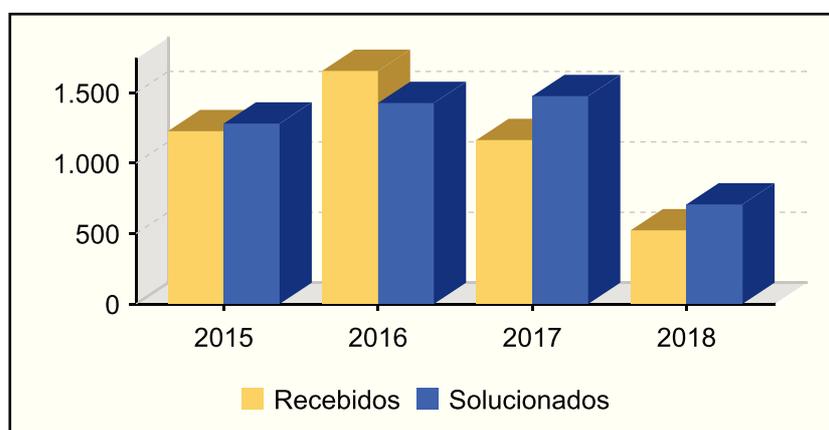
8.1 - Índice de conciliações [até 07/2018]:

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2015	1.227	618	50,37
2016	1.655	727	43,93
2017	1.164	725	62,29
2018	523	354	67,69



8.2 - Índice de soluções [até 07/2018]:

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2015	1.227	1.281	104,40
2016	1.655	1.427	86,22
2017	1.164	1.476	126,80
2018	523	707	135,18



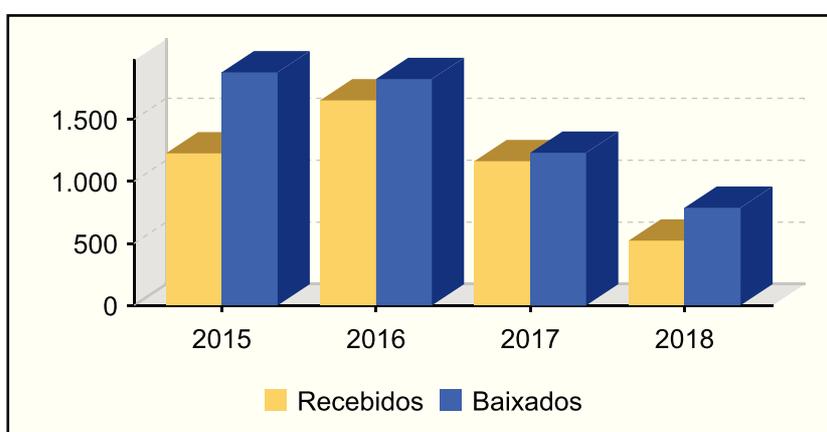


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

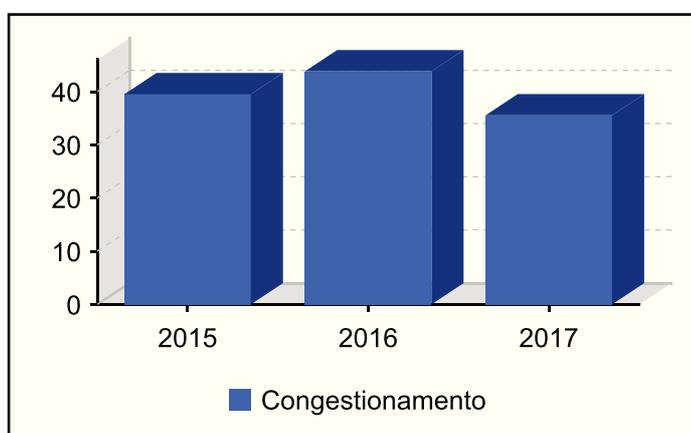
8.3 - Índice de baixas [até 07/2018]:

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2015	1.227	1.881	153,30
2016	1.655	1.827	110,39
2017	1.164	1.232	105,84
2018	523	788	150,67



8.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2015	891	1.227	1.281	39,52
2016	885	1.655	1.427	43,82
2017	1.126	1.164	1.476	35,55





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



9 - ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DE DESEMPENHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO - IGest:

As informações serão apresentadas no item
"15.2 – INFORMAÇÕES SOBRE OS ÍNDICES NACIONAIS"

Os índices podem ser acessados por todos os usuários do Sistema e-Gestão
(novoegestao.tst.jus.br – na subpasta “Indicadores”).



10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [08/2017 a 07/2018]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	590	49,2	47,8
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	488	40,7	39,6
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	1.078	89,8	87,4
Processos solucionados - sem exame de mérito	117	9,8	9,5
Incidentes Processuais Resolvidos	271	22,6	22,0
Dias-Juiz	370	30,8	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	10.391	45,6	43,9
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	10.816	47,4	45,7
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	21.207	93,0	89,7
Processos solucionados - sem exame de mérito	3.275	14,4	13,8
Incidentes Processuais Resolvidos	7.123	31,2	30,1
Dias-Juiz	7.096	31,1	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	128.950	70,2	45,1
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	161.282	87,8	56,3
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	290.232	158,1	101,4
Processos solucionados - sem exame de mérito	44.625	24,3	15,6
Incidentes Processuais Resolvidos	107.798	58,7	37,7
Dias-Juiz	85.867	46,8	---

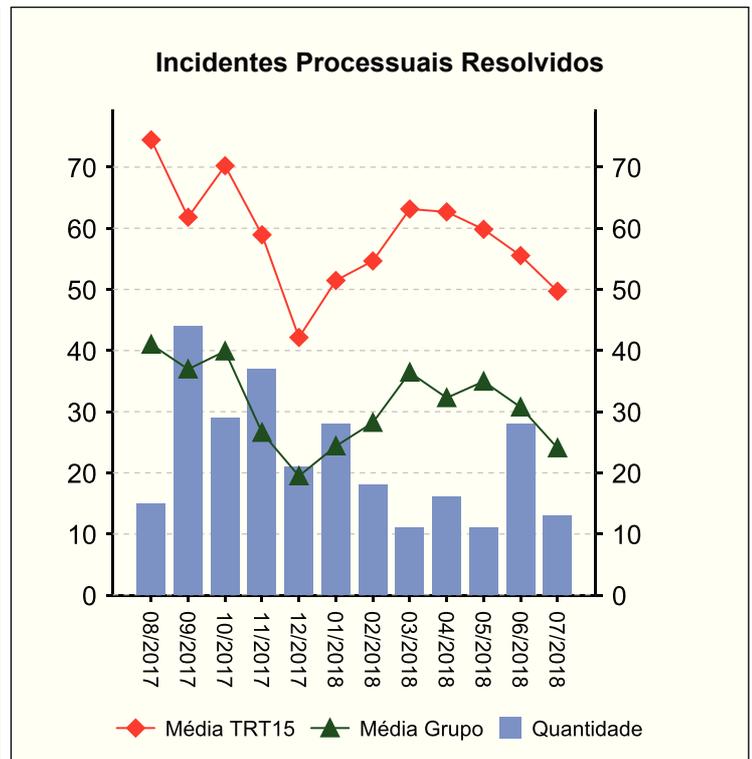
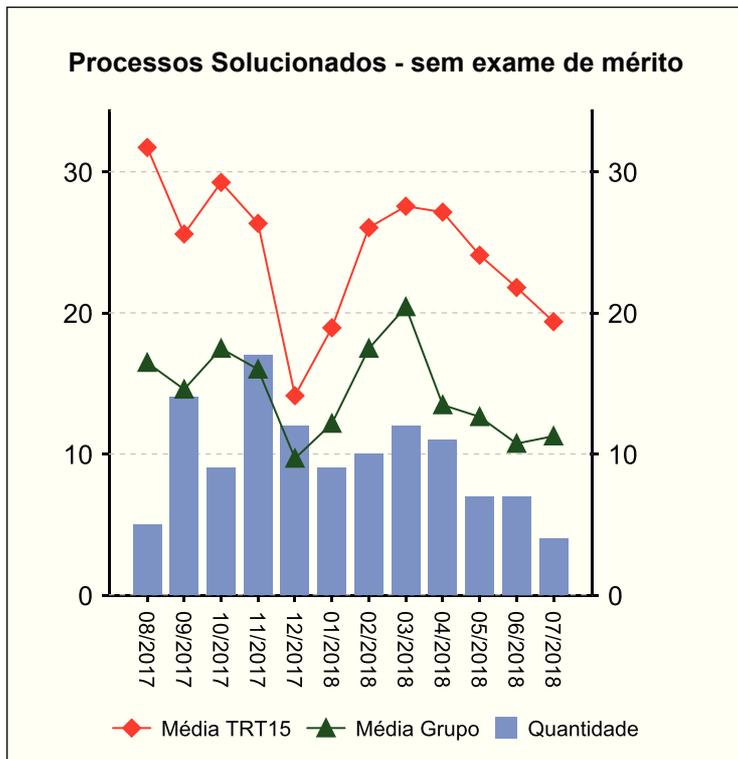
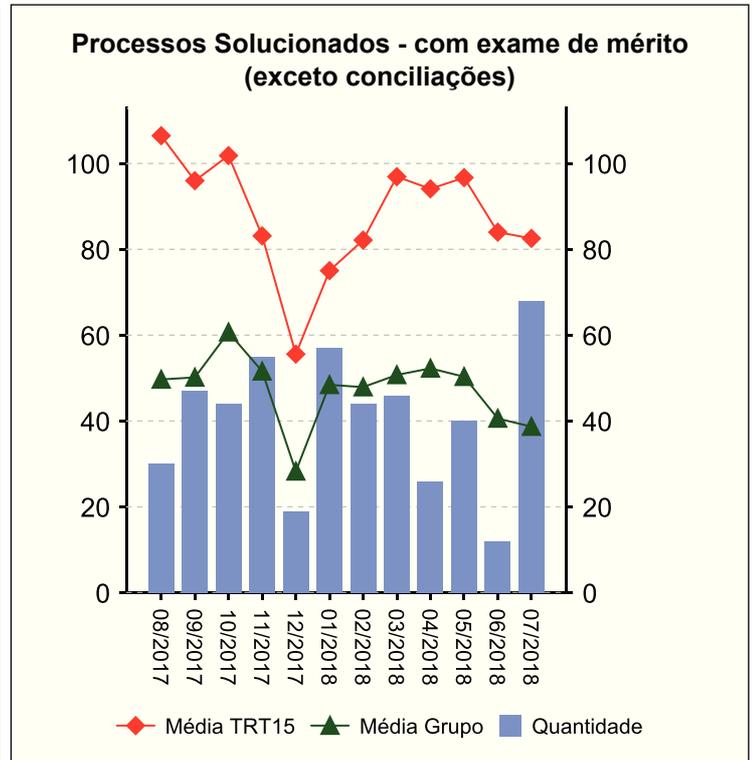
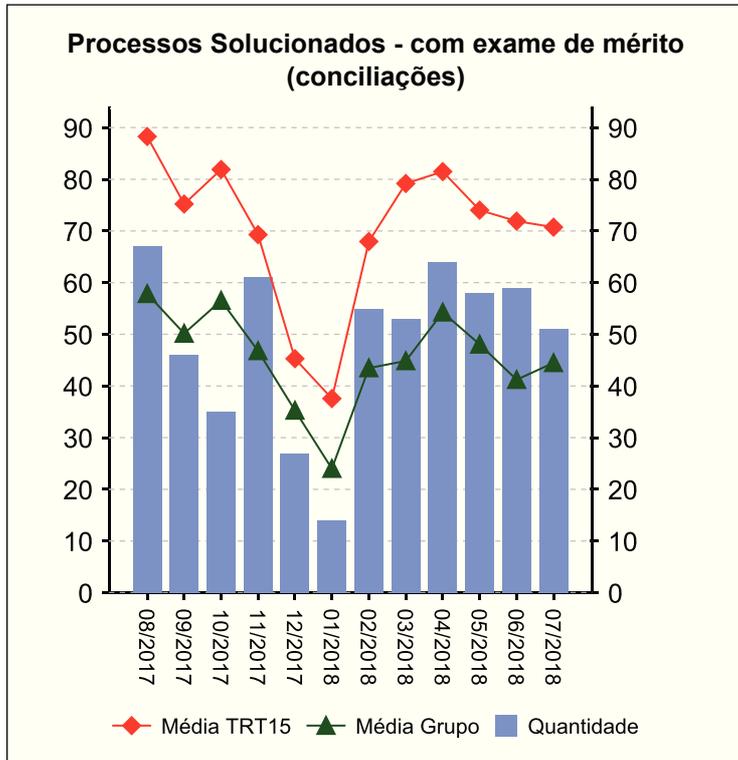
*Aferição de Resultado Individual Aproximado



10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [08/2017 a 07/2018]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[08/2017 a 07/2018]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	337	28,1	27,3
Sessões de audiência realizadas - instrução	319	26,6	25,9
Sessões de audiência realizadas - una	589	49,1	47,8
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	506	42,2	41,0
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	566	47,2	45,9
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	908	75,7	73,6
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	1.072	89,3	86,9
Dias-Juiz	370	30,8	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	7.096	31,1	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	85.867	46,8	---

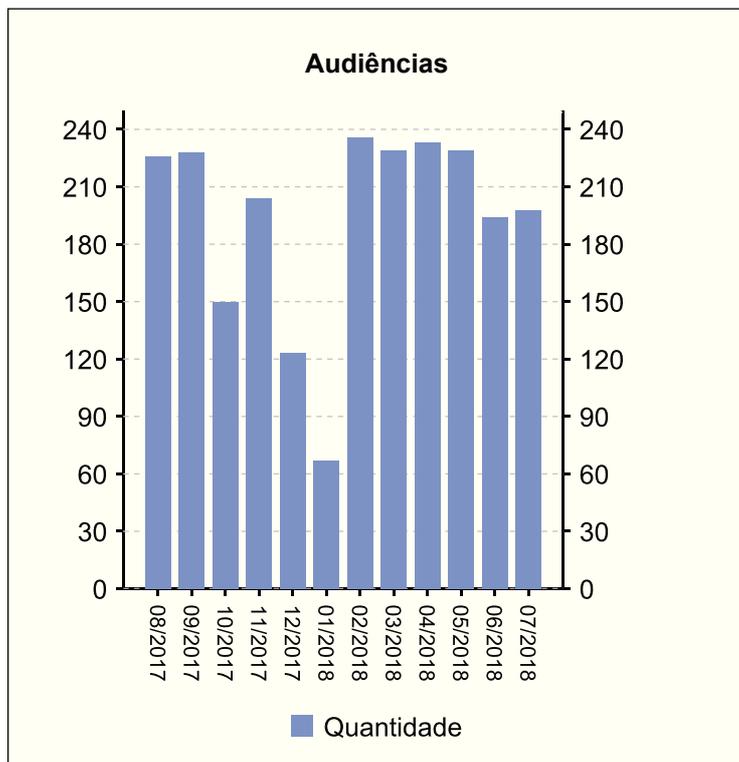


10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

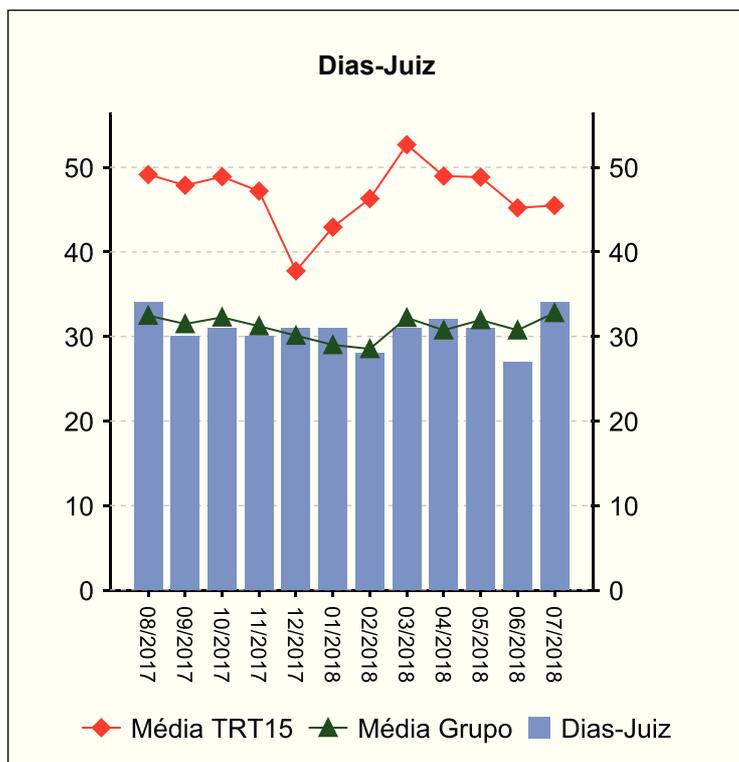
[08/2017 a 07/2018]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
08/2017	43	55	27	35	66	226
09/2017	40	81	41	21	45	228
10/2017	25	3	43	38	41	150
11/2017	56	29	42	28	49	204
12/2017	62	2	25	16	18	123
01/2018	1	8	13	11	34	67
02/2018	65	52	30	27	62	236
03/2018	42	57	31	32	67	229
04/2018	49	76	22	24	62	233
05/2018	39	91	19	25	55	229
06/2018	40	63	19	30	42	194
07/2018	44	49	25	32	48	198
Total	506	566	337	319	589	2317



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
08/2017	34
09/2017	30
10/2017	31
11/2017	30
12/2017	31
01/2018	31
02/2018	28
03/2018	31
04/2018	32
05/2018	31
06/2018	27
07/2018	34
Média Mensal	30,8



PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [08/2016 a 07/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	804	67,0	62,3
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	636	53,0	49,3
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	1.440	120,0	111,6
Processos solucionados - sem exame de mérito	157	13,1	12,2
Incidentes Processuais Resolvidos	355	29,6	27,5
Dias-Juiz	387	32,3	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	10.586	46,4	43,0
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	12.074	53,0	49,0
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	22.660	99,4	92,0
Processos solucionados - sem exame de mérito	3.558	15,6	14,5
Incidentes Processuais Resolvidos	7.841	34,4	31,8
Dias-Juiz	7.386	32,4	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	129.633	70,6	45,1
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	151.779	82,7	52,8
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	281.412	153,3	98,0
Processos solucionados - sem exame de mérito	49.707	27,1	17,3
Incidentes Processuais Resolvidos	109.353	59,6	38,1
Dias-Juiz	86.165	46,9	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

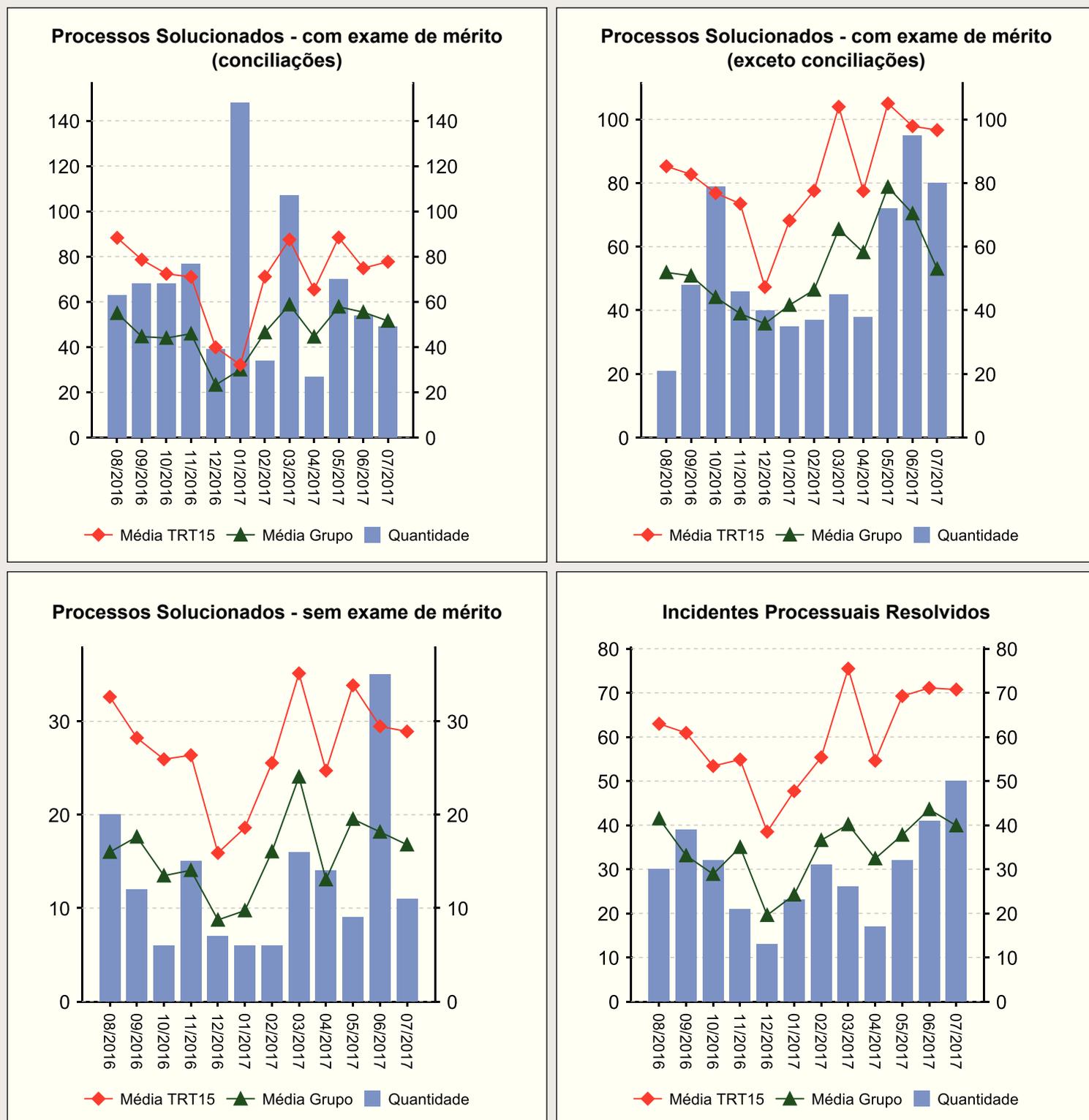


PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [08/2016 a 07/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS [08/2016 a 07/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	677	56,4	52,5
Sessões de audiência realizadas - instrução	455	37,9	35,3
Sessões de audiência realizadas - una	575	47,9	44,6
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	660	55,0	51,2
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	194	16,2	15,0
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	1.030	85,8	79,8
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	854	71,2	66,2
Dias-Juiz	387	32,3	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	7.386	32,4	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	86.165	46,9	---



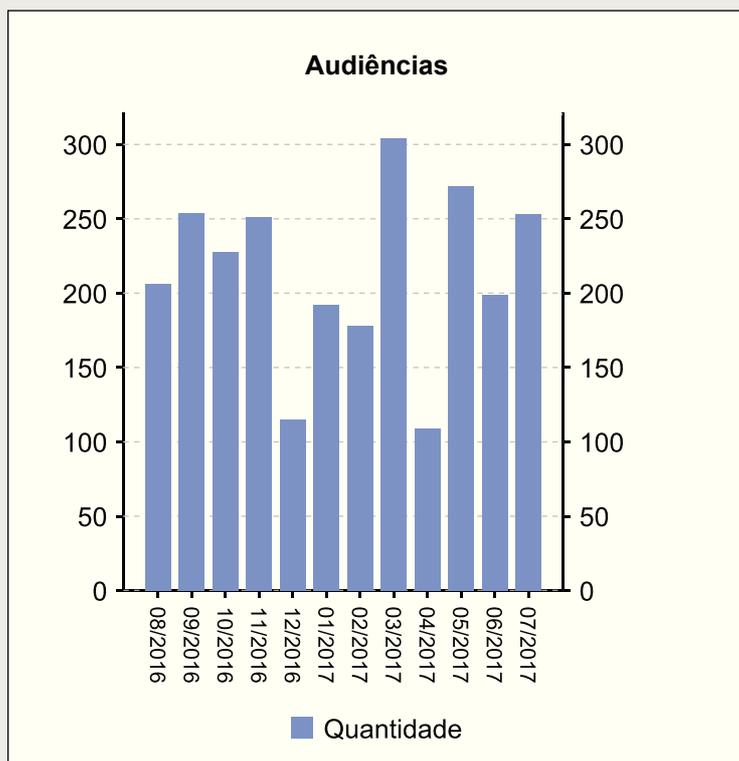
PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

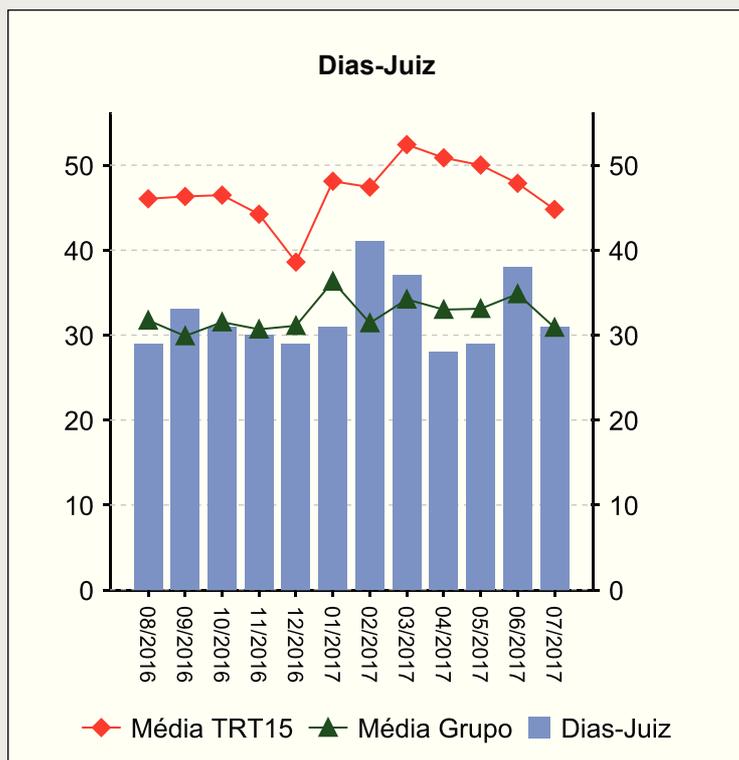
[08/2016 a 07/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
08/2016	6	1	79	49	71	206
09/2016	9	31	97	51	66	254
10/2016	31	14	89	50	44	228
11/2016	57	19	79	33	63	251
12/2016	2	5	49	25	34	115
01/2017	133	4	18	18	19	192
02/2017	78	2	32	31	35	178
03/2017	112	10	65	41	76	304
04/2017	13	3	27	31	35	109
05/2017	117	16	49	48	42	272
06/2017	51	6	54	50	38	199
07/2017	51	83	39	28	52	253
Total	660	194	677	455	575	2561



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
08/2016	29
09/2016	33
10/2016	31
11/2016	30
12/2016	29
01/2017	31
02/2017	41
03/2017	37
04/2017	28
05/2017	29
06/2017	38
07/2017	31
Média Mensal	32,3



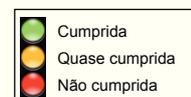
11 - METAS NACIONAIS 2017:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 1 [CNJ] - Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar 90% dos processos recebidos no ano corrente

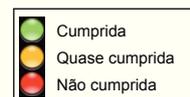
Casos Novos	Solucionados	Meta	Pendentes de Solução	Média Mensal de Casos Novos	Média Mensal de Processos Solucionados	Grau de Cumprimento
1164	1476	1048	0	97	123	100 %



Meta 2 [CNJ] - Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015

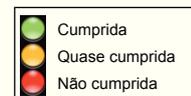
Processos distribuídos até 31/12/2015	Meta	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Processos Solucionados (Total)	Média Mensal de Processos Solucionados (Meta 2)	Taxa de soluções Meta 2 x Total*	Grau de Cumprimento
1227	1104	1233	0	123	26	21 %	100 %



Meta 5 [CNJ] - Impulsionar processos à execução

Baixar 90% do total de casos novos de execução no ano corrente

Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Meta	Execuções Pendentes	Média Mensal de Execuções Iniciadas	Média Mensal de Execuções Baixadas	Grau de Cumprimento
584	437	526	89	49	36	83 %





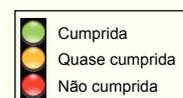
11 - METAS NACIONAIS 2017:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 6 [CNJ] - Priorizar o julgamento das ações coletivas

Identificar e julgar, até 31/12/2017, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014

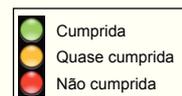
Processos pendentes da meta em 31/12/2014	Processos solucionados a partir de 01/01/2015	Pendentes de Solução (Calculado)	Pendentes de Solução na meta (e-Gestão)	Grau de Cumprimento
9	10	0	0	100 %



Meta 5 [JT] - Tempo médio de Duração do Processo - Conhecimento

Reduzir em 4% o prazo médio em relação ao ano base 2016 [TMDP1c]

Prazo Médio em 2016	Prazo Médio em 2017	Meta	Grau de Cumprimento
277	281	266	94 %





12 - ARRECAÇÃO [09/2017 a 07/2018]:

(fonte: e-Gestão)

CUSTAS	IMPOSTO DE RENDA	EMOLUMENTOS	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 35.263,87	R\$ 109.691,64	R\$ 1.675,40	R\$ 938.642,43



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



13 - PENDENTES DE SOLUÇÃO [até 07/2018]:

(fonte: e-Gestão)

ANO	PROCESSOS
2015	1
2016	46
2017	363
2018	234



14 – ANÁLISE DO QUADRO DE PESSOAL:

Média Trienal de Processos (Conhecimento e Execução)	Lotação Paradigma (Resolução nº 219/2016 do E. CNJ)	Lotação Adicional	Lotação Final (sem OJA)	Lotação (Oficial de Justiça Avaliador)
2053	8	1	9	2

Fonte: Portaria GP nº 20/2018 – Anexo republicado na Portaria GP nº 26/2018

A Resolução nº 219/2016 do E. CNJ instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Por sua vez, a Portaria GP nº 20/2018, de 16/04/2018, aprovou a lotação quantitativa para a primeira instância do TRT da 15ª Região.

Observando a lotação da unidade (item 3.1), constata-se que o número atual de 9 servidores (mais 1 Oficial de Justiça) está abaixo dos parâmetros fixados na referida Portaria.

Além disso, foi informado pelo gestor que na Unidade também atua o assistente de Juiz:

Thales de Tarso Machado de Paula – Assistente do Juiz Titular José Antônio Gomes de Oliveira

15 – ACERVO DA UNIDADE:

15.1 – PROCESSOS SEM TRAMITAÇÃO:

(fonte: informação da Unidade em 03/09/2018)

PJe		SAP	
Data de corte:	-	Data de corte:	-
Saldo:	0	Saldo:	0
Data do mais antigo:	-	Data do mais antigo:	-
Total:			0

15.2 – INFORMAÇÕES SOBRE OS ÍNDICES NACIONAIS



Como divulgado pelo Tribunal Superior do Trabalho, o Índice Nacional de Gestão do Desempenho da Justiça do Trabalho – IGEST foi desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho a partir de experiências como o Mapeamento Global de Desempenho – MGD, bem como de estudos realizados pela Coordenadoria de Estatística e Pesquisa do TST com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das Varas do Trabalho do país.

Para tanto, apresenta um referencial numérico que sintetiza os mesoindicadores Acervo, Celeridade, Produtividade, Taxa de Congestionamento e Força de Trabalho, adotados em consonância com os objetivos judiciários de assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional, estimular a conciliação e as soluções alternativas de conflito e impulsionar as execuções trabalhistas e fiscais. Os índices podem ser acessados por todos os usuários do Sistema e-Gestão (novoegestao.tst.jus.br – na subpasta “Indicadores”), com atualizações divulgadas trimestralmente.

Observando os relatórios já disponibilizados é possível verificar que a Vara do Trabalho de Jales obteve melhora nos índices Celeridade (de 0,33 para 0,30), Taxa de Congestionamento (de 0,44 para 0,43) e Força de Trabalho (de 0,46 para 0,44), não obstante tenha elevado sua criticidade nos indicadores Acervo (de 0,16 para 0,26) e Produtividade (de 0,38 para 0,54). O resultado geral indica essa evolução negativa, de 0,35 para 0,39, posicionando a unidade na 48ª colocação dentre as unidades do TRT15.

Além disso, como registrado no item anterior, foi informada a inexistência de saldo de processos sem tramitação. Por esses motivos, não se registra no momento a necessidade de elaboração de plano de ação.

15.3 – MOVIMENTAÇÃO DE MANDADOS

(fonte: informação da Unidade em 03/09/2018)

A) Diligências pendentes de distribuição aos Oficiais de Justiça (SAP1G):

Não há.

B) Diligências pendentes de cumprimento/ prazo vencido (SAP1G):

Não há.

C) Diligências pendentes de cumprimento/ prazo vencido (PJe):

Não há.



16 – ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 26 da Consolidação dos Provimentos da CGJT):

Com base nas informações prestadas, registra-se que o Juízo:

16.1 – pronuncia-se explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos, não se limitando a proferir despachos nos quais haja apenas referência às locuções “Processe-se o recurso, na forma da lei” ou “Admito o recurso, na forma da lei”, a exemplo dos processos nº 0011074-41.2015.5.15.0080, 0010982-92.2017.5.15.0080 e 0011135-62.2016.5.15.0080;

16.2 – ordena, imediatamente após a liquidação da sentença em que se apure crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, a pronta liberação deste em favor do credor, de ofício ou a seu requerimento, a exemplo dos processos nº 0010229-43.2014.5.15.0080, 0010438-75.2015.5.15.0080 e 0010736-04.2014.5.15.0080;

16.3 – não determina a citação do(s) sócio(s) quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, assinalando-lhe(s) o prazo de 48 horas para que indique(m) bens da sociedade (artigo 795 do CPC) ou, não os havendo, garanta(m) a execução, sob pena de penhora, porém a Unidade adota o procedimento de incidente de desconsideração de personalidade jurídica, nos termos do artigo 133 a 137 do CPC;

16.4 – faz uso dos sistemas BACENJUD (e em consulta em 11/09/2018, verificou-se a existência de 511 protocolos nos últimos 12 meses, com uma pendência) e INFOJUD (a exemplo dos processos nº 0010047-23.2015.5.15.0080, 0010034-53.2017.5.15.0080 e 0011711-55.2016.5.15.0080);

16.5 – há audiências designadas em 03 dias da semana;

16.6 – inclui na pauta de audiências de conciliação os processos na fase de execução – foram realizadas 566 no período de 08/2017 a 07/2018;

16.7 – exaure suas iniciativas objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD, e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC. Quanto ao SIMBA – Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias, verificou-se ausência de cadastro dos Magistrados.

Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados; principais prazos da Vara do Trabalho; eventuais inconsistências de lançamentos no sistema, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos, e data de conclusão ao MM. Juiz para sentença e incidentes; além do número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais à fase de instrução), há registros nos itens 1, 2, 4, 5, 7 e 10 e



eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta Ata.

17 – PROCESSOS SOLUCIONADOS:

Conforme item 10.1 da presente Ata, a Unidade contou com média de 30,8 dias-juiz nos últimos doze meses, inferior à média do grupo (33,0) e à média mensal apurada no período correccionado anterior (32,3).

Também se observa que, proporcionalmente a essa disponibilidade de magistrados, a Unidade alcançou média mensal (RARIA) de 47,8 processos solucionados por meio de conciliações, superior à média de referido grupo (RARIA 41,4), mas inferior à última correção (RARIA 62,3). De outro modo, excetuando-se as conciliações, a média de processos solucionados com exame de mérito, considerando-se a média proporcional a um magistrado presente ao longo de cada mês (RARIA) foi de 39,6, inferior à média do grupo, de 43,1 (RARIA) e à última correção (RARIA de 49,3), resultando em média total de solucionados com exame de mérito, de 87,4 (RARIA) na Unidade, superior à média do grupo 84,6 (RARIA), no mesmo período, mas inferior ao RARIA de 111,6 apurado no período correccionado anterior.

Nesse sentido, destaca-se também não ter sido cumprida no último ano a Meta 5 da Justiça do Trabalho (reduzir em 4% o prazo médio do conhecimento, com 94% de cumprimento) – conforme item 11.

18 – AUDIÊNCIAS

Conforme informado pelo gestor da Unidade em 03/09/2018, há audiências agendadas com regularidade até:

TIPO	DESIGNADAS COM REGULARIDADE ATÉ	QUANTIDADE AGUARDANDO DESIGNAÇÃO	PRAZO ATÉ A REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA (EM DIAS)
INICIAIS/ Ord:	04/10/2018		32
INICIAIS/ Sum:	04/10/2018		32
UNAS/ Ord:	22/11/2018		81
UNAS/Sum:	04/10/2018		32



INSTRUÇÕES/Ord:	13/12/2018		102
INSTRUÇÕES/Sum:	14/11/2018		73
CONCILIAÇÃO:	10/10/2018		38
MEDIAÇÃO:	10/10/2018		38

Observação: Foi informado pela Unidade que a pauta não é automatizada. Porém, é utilizado o conceito de pauta “inteligente”, com análise dos feitos para eventual retirada de pauta. A Unidade não inclui feitos que envolvam órgãos públicos em pauta. Processos cuja instrução dependa de prova pericial são incluídos em pauta, havendo designação de nova data nos casos em que for necessário colher mais provas.

18.1 – COMPOSIÇÃO DAS PAUTAS (fonte: Vara do Trabalho)

18.1.1 – JUIZ TITULAR/JUIZ SUBSTITUTO

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã						
	tarde						
terça	manhã						
	tarde	4	3	5	5		17
quarta	manhã					10	10
	tarde	4	3	5	6		18
quinta	manhã	4	3	5	6		18
	tarde						
sexta	manhã						
	tarde						

18.2 – MEDIDAS EFETIVAS DE INCENTIVO À MEDIAÇÃO:

O gestor informou serem adotadas na Unidade medidas de incentivo à mediação, apontando que são realizadas, no mínimo 10 (dez) audiências de tentativa de conciliação nas quartas-feiras, sem apresentação de defesa com prioridade ao PJe no Rito Sumaríssimo. Além disso, afirmou serem realizadas ainda 17 (dezessete) audiências de tentativa de conciliação na liquidação, três vezes por semana, e 20 (vinte) audiências de conciliação na execução, uma vez por mês com auxílio do CEJUSC. Além disso é realizada mediação diária no átrio da Vara do Trabalho antes da audiência por servidor da Unidade. Destacou que o Magistrado sempre se encontra presente na unidade, enquanto são realizadas as audiências de mediação e que há servidora capacitada para mediação pela Escola Judicial do TRT 15. Constata-se que diante de conciliação infrutífera, a audiência



UNA é designada, saindo as partes cientes da data.

Frisa-se a importância desse meio de solução consensual de conflitos, que, estatisticamente, consiste em instrumento de auxílio e desafogamento do Judiciário, bem como de pacificação social, solução e prevenção de litígios. Assim, em estímulo às práticas já verificadas e pela busca de outras novas, a Corregedoria Regional registra elogio à Unidade.

18.3 – ANÁLISE:

A Unidade realizou média (RARIA) de 73,6 audiências unas e de instrução menor que o resultado verificado no período correccionado anterior (RARIA 79,8), proporcionalmente à disponibilidade média de magistrados.

O prazo médio (item 7) do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução é de 239 dias, maior que o de seu grupo (219 dias) e que o resultado verificado na última correção (237 dias).

Observa-se ainda que no rito sumaríssimo esse prazo é de 95 dias, em média, enquanto nos demais processos, o prazo médio é de 291 dias. Indica-se assim, haver priorização das audiências no rito sumaríssimo.

Na última correção houve a determinação para que a Juíza Titular apresentasse plano de ação com medidas que possibilitassem reduzir o prazo médio do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução. O cumprimento se deu com a apresentação de plano de ação com incremento da pauta de audiências (uma instrução diária a mais e aumento no número de audiências de conciliação). Apesar da medida, o prazo médio manteve-se praticamente inalterado, mostrando uma variação negativa, de 237 para 239 dias e, no mais, a Meta 5, JT (reduzir em 4% o prazo médio em relação ao ano base 2016) não foi integralmente atingida em 2017, com 94% de cumprimento.

Por outro lado, como indicado no item 4, no período observado o saldo de processos aguardando encerramento da instrução (423) é maior do que a média de seu grupo, mas demonstra uma tendência de diminuição desde a última correção (614 processos). Ainda, houve destacada redução do prazo para realização das audiências, assim como, acentuada elevação dos índices de solução e de conciliação. Por tais resultados, o Corregedor entende que as medidas adotadas na unidade foram favoráveis e, portanto, registram-se elogios.

Assim, pela melhora dos resultados, frisa-se a importância da manutenção da boa prática “Mediação/INI”, em processos com pedido de perícia, para a qual a ré deve apresentar a defesa, com os efeitos da ausência da parte (arquivamento ou revelia) e, se



infrutífero o acordo, as partes saem cientes da designação de perícia.

19 – CONSTATAÇÕES:

Após a exposição dos principais índices da Unidade a toda a equipe, foi realizada reunião com o gestor e sua assistente.

Constata-se a manutenção da notificação eletrônica, pela Secretaria, sendo que a demandada Usina Colombo aceita-a. Registra-se que os endereços eletrônicos obtidos pelos oficiais de justiça poderiam, mas não são compartilhados com a Unidade, sendo eles, um dos quais é Oficial “ad hoc”, que a realizam após contato e autorização prévia do destinatário. Essa prática reduziu consideravelmente a necessidade das notificações pessoais, que demandavam as inúmeras diligências.

A partir da triagem, a pauta da unidade é conformada. Seja para audiência de tentativa de conciliação, para a qual não é determinada a apresentação de defesa, ou para audiência inicial, em face de pedido de perícia. Se o acordo é infrutífero, é concedido prazo para juntada de defesa, assim como é designada a audiência UNA, com ciência das partes.

Processos com pedidos de perícia. Ata de audiência com designação do perito e fixação de prazos para entrega de laudo e outros prazos decorrentes da elaboração da prova técnica. Assistentes técnicos nomeados pelas partes são informados diretamente para o perito. Os pedidos de esclarecimentos são submetidos à prévia apreciação da unidade, sem encaminhamento direto ao perito, a fim de evitar reincidência de quesitos.

A Corregedoria constata que a Unidade tem criada a subcaixa “Razões Finais”, na caixa “Cumprimento de providências”, da qual tem se valido para evitar processos fora do fluxo, em observância da Portaria GP-CR 89/2015 que regulamenta o lançamento de conclusão para magistrado para prolação de sentença e decisão de incidentes processuais. Ainda, destaca a Corregedoria que a prática é relevante para a extração de relatórios pertinentes a questões relacionadas a magistrados. No mais, correto o acompanhamento frequente e rigoroso de



movimentação, como origem ou destino, de processos da subcaixa de “Razões Finais”.

Processos da fase de liquidação. Transitada em julgado a sentença, as partes são intimadas para apresentação de cálculos, com designação de audiência próxima para tentativa de acordo, para homologação de cálculos, para anotação de CTPS. São seis audiências, em três vezes na semana, totalizando 18 audiências. Há cerca de 50% de conciliações. Liberação de valores, obrigações de fazer são efetivadas por ocasião dessa audiência de tentativa de conciliação. Segundo se constata, na unidade já foi explorado o procedimento de intimar a reclamada para apresentação de cálculos e depósito do valor que entende devido, sem êxito.

As mediações realizadas pelo CEJUSC de São José do Rio Preto concentram-se nos processos na fase de execução, fase que está sendo fortemente atacada na unidade.

A execução tem início sobre a executada e seus sócios, na sequência, sobre a executada subsidiária; se negativa, é instaurado o incidente de desconsideração da personalidade jurídica com utilização das ferramentas tecnológicas, em caráter cautelar. Verifica-se que a prática não demandou nem sequer um feito de embargos à execução. A unidade tem orientação do magistrado para que o SIMBA e o CCS sejam utilizados pela Divisão de Execução.

20 – RECOMENDAÇÃO:

20.1 – recomenda-se, com fundamento na Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, que ao menos no PJe fique sob responsabilidade dos assistentes de juiz a confecção das minutas das sentenças, dos embargos e das tutelas antecipadas, sendo que a ordem judicial nelas contidas deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas, de forma que o servidor que minutar o despacho ou a decisão dará imediato cumprimento à respectiva determinação, confeccionando eventuais expedientes subsequentes, inclusive os atos de comunicação que se fizerem necessário.



21 - DETERMINAÇÕES:

21.1 – encaminhar cópias de sentenças que reconheçam a conduta culposa do empregador em acidente de trabalho para pfing.regressivas@agu.gov.br e regressivas@tst.jus.br, nos termos do Ofício Circular TST.GP nº 615/2012, de 18.5.2012, e da Recomendação Conjunta GP-CGJT 2/2011, assim como cópia de decisão nos casos de reconhecimento de agente insalubre após prova pericial (sentencas.dsst@mte.gov.br e insalubridade@tst.jus.br), de acordo com Ofício Circular TST.GP nº 670/2013 e Recomendação Conjunta 3GP.CGJT de 2013;

21.2 – envidar esforços para alcançar as Metas do E. CNJ e Justiça do Trabalho, especialmente considerando que em 2017, conforme registro no item 11 desta Ata não foi integralmente cumprida a Meta 5, E. CNJ (baixar 90% do total de casos novos de execução no ano); e Meta 5, JT (reduzir em 4% o prazo médio em relação ao ano base 2016); respectivamente, com 83% e 94% de cumprimento.

21.3 – utilizar regularmente as ferramentas CCS, e SIMBA, além das ferramentas já adotadas, pelo exaurimento das iniciativas do juízo com objetivo de tornar exitosa a execução dos feitos. Quanto ao SIMBA – Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias, verificou-se ausência de cadastro dos Magistrados, o que deverá ser por ele(s) solicitado mediante envio de e-mail com seus dados (nome e CPF) para o endereço eletrônico nucleodepesquisa.corregedoria@trt15.jus.br;

21.4 – cumprir integralmente o disposto na alínea “c”, inciso IV, art. 1º do Provimento GP-CR nº 05/2015, que diz: “c) cadastramento, pela secretaria, dos dados do processo e do devedor no sistema informatizado desenvolvido para acompanhamento das execuções, no site deste Tribunal”;

21.5 – cumprir integralmente o inciso XVI, art. 1º do Provimento GP-CR nº 05/2015, que determina: “XVI – no âmbito da 15ª Região, a unidade de origem deverá, obrigatoriamente, promover todas as pesquisas, localizar os devedores e realizar as penhoras. A ordem a ser deprecada à outra unidade deste regional deve ser encaminhada por mandado, via malote digital ou PJe, e restringir-se, na execução, a diligências acessórias, tais como a intimação pessoal de executados ou terceiros interessados, a remoção ou avaliação de bens etc, ou seja, não será permitido que a execução, integralmente, seja deprecada, mas apenas os atos para aperfeiçoamento da construção. Deverá ser devolvida à origem a carta precatória recebida em dissonância com esta normatização”;

21.6 – observar a regularidade de procedimentos para envio de bens e processos às



hastas públicas unificadas, as quais estão previstas no Provimento GP-CR 03/2014 e no itens I a IV da Ordem de Serviço CR nº 4, de 24 de fevereiro de 2016, evitando-se a retirada de bens para regularização posterior, assim como observar que após a inclusão do bem em hasta, na hipótese de acordo ou remição no processo o leiloeiro fará jus ao recebimento de comissão (sendo necessário o registro correspondente e não como “excluído de hasta”) e que na hipótese de o credor adquirir o bem, deverá fazê-lo na condição de arrematante.

22 – PROCESSOS ANALISADOS:

Foram analisados, por amostragem, processos da Unidade, entre os dias 06/09/2018 e 07/09/2018, dentre os quais ensejam determinações os abaixo relacionados:

ORDEM	PROCESSO	SITUAÇÃO	DETERMINAÇÃO
1	0000381-66.2013.5.15.0080	Processo físico na variável 342 do e-GESTÃO (processos pendentes de finalização – fase de conhecimento), com última ocorrência "PZO – prazo – solução de recurso no TST" desde 17/01/2018. Em consulta ao site do E. TST, nota-se que já houve a baixa definitiva do feito em 09/02/2018.	Diligenciar para prosseguimento do feito.

23 – VISITAS E ATENDIMENTOS:

Comparecem o Prefeito da Cidade de Jales Flávio Prandi Franco, o vice-prefeito José Devanir Rodrigues, o Secretário Francisco Melfi, o Procurador-Geral Pedro Manoel Callado Moraes, o Subprocurador-Geral Benedito Dias da Silva Filho para entregar ao Desembargador Corregedor Regional o Decreto nº 7.381, de 20 de julho de 2018, que o declara “Hóspede Oficial do Município de Jales – SP”.

Presente o representante da OAB de Santa Fé do Sul Gabriel de Oliveira da Silva, OAB/SP 305.028, para tecer elogios à unidade.

Presentes também o repórter Rafael Honorato da Rádio CBN Grandes Lagos de Jales e o jornalista Deonel Rosa Júnior do Jornal de Jales.



24 – OBSERVAÇÕES GERAIS:

24.1 – O MM. Juiz Titular JOSÉ ANTÔNIO GOMES DE OLIVEIRA está dentro do prazo para pedir autorização para residir fora da jurisdição.

24.2 – O Exmo. Desembargador Corregedor Regional conversou reservadamente com a Magistrado que pleiteou aumento da banda larga, atualmente, muito lenta, especialmente quando há “download” de processos em curso.

24.3 – Foi informado pelo Sr. Diretor de Secretaria que o edital de correição foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foram expedidos ofícios às OAB da jurisdição.

24.4 – Sem prejuízo de prazos específicos fixados nesta Ata, determina-se a manifestação do(a) Diretor(a), pontualmente, sobre todas as determinações e recomendações, demonstrando a análise do inteiro teor da Ata e as medidas concretas eventualmente adotadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação. Esclarece-se ainda que a manifestação deve ocorrer no PROAD, mediante funcionalidade “Fazer Pedido Complementar” no PP n° 4208/2016.

25 – ENCERRAMENTO:

No dia 18 de setembro de 2018, às 17 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu, Ayrton Rocha, Coordenador de Apoio ao Corregedor Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pelo Excelentíssimo Desembargador Corregedor Regional, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal na internet.